

Collor deve pedir a revisão do orçamento

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — Líder do PRN da Câmara, deputado Renan Calheiros, informou ontem que o futuro governo vai propor ao Congresso Nacional, assim que tomar posse, uma revisão profunda do orçamento geral da União, sancionado sem vetos pelo presidente José Sarney esta semana. A revisão tem dois objetivos básicos: reduzir despesas e ajustar a lei orçamentária à reforma administrativa que Fernando Collor vai propor ao Congresso.

A equipe de economistas do futuro governo realizou algumas simulações para verificar qual o impacto das despesas criadas pelo Congresso que Sarney preferiu não vetar. Algumas estimativas indicam uma despesa adicional, em relação ao que foi inicialmente proposto pelo Executivo, de até 1% do Produto Interno Bruto (PIB), algo equivalente a US\$ 3 bilhões. A decisão do presidente de sancionar a lei orçamentária sem cortar nenhuma das despesas criadas pelo Congresso mereceu comentário ácido de Renan Calheiros: "O Sarney enterrou a cabeça na areia para não resolver esse problema e não se indispor com o Congresso, coisa típica de final de governo".

Propor ao Congresso uma revisão do orçamento é uma operação política complicada. Os mesmos parlamentares que decidiram ampliar os gastos, que, segundo o Ministério do Planejamento, chegam a NCzs 113,1 bilhões, serão instados a cortá-los. Os parlamentares chegaram a criar uma "programação especial" para acomodar

interesses diversos, com um gasto da ordem de NCzs 15 bilhões, amparados numa receita que, na opinião de alguns, como o deputado José Serra, é apenas fictícia.

O ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, sugeriu ao presidente José Sarney diversos vetos ao orçamento aprovado pelo Congresso. Para o ministro, seria tecnicamente aconselhável cortar os bilhões de despesas criados pelo Congresso, seja por inconstitucionalidade, seja por incompatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo próprio Congresso. Sarney preferiu acatar a sugestão do ministro Luiz Roberto Ponte de não vetar nada para não entrar em atrito com o Congresso.

Ontem, o futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, que articulará as negociações políticas em nome do novo governo, assumiu uma posição cautelosa em relação ao assunto: "Se o presidente disse que não vetou parte do orçamento em respeito ao Congresso eu é que não vou comentar nada". O presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro, disse que a decisão do presidente Sarney foi "uma prova de apreço ao Legislativo". Mas admitiu ser possível que o futuro governo negocie a revisão do orçamento.

Técnicos da equipe de transição de Collor já identificaram a necessidade de reformular a lei orçamentária para a área de saúde. Pelo orçamento aprovado, 22% das verbas de saúde irão para o Inamps e Collor deseja que cheguem a 50%.

2 FEV 1990